



Eventos movimentam Ministério Público



MPM participa de seminários, encontros e inaugurações pelo país.

págs. 4, 5 e 6



Reformas na PGJM

Ministério Público Militar investe na melhoria das condições de trabalho.

pág. 7

MPM em Ação

Primeira sessão da subprocuradora-geral Arilma Cunha da Silva no STM.

pág. 8



Seções

MPM na Mídia pág. 2

Por onde anda... pág. 3

Ainda nesta Edição

Jornada Jurídica pág. 5
em Juiz de Fora

visite nosso site: www.mpm.gov.br



MPM na mídia

Os jornais O Globo e O Estado de Minas do dia 14 de setembro publicaram matérias sobre o relatório final do Grupo de Trabalho criado na Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro para fazer um apanhado policial, administrativo e judiciário das ocorrências de armamento desviado das Forças Armadas no estado do Rio de Janeiro.

De acordo as informações levantadas pela procuradora Maria Ester Henriques Tavares e pelos promotores Ailton José da Silva e Ione de Souza Cruz foram extraviadas 145 armas do controle do Exército, da Marinha e da Aeronáutica entre 1995 e 2002. Esse quantitativo foi obtido por meio de informações fornecidas por oficiais das corporações da região. Segundo apurou a reportagem do jornal O Globo, a maior parte do armamento desaparecido das Forças Armadas vai parar nas mãos de traficantes de drogas. O jornal sustenta, ainda, que “chefões do tráfico no Rio são suspeitos até de estar por trás de fraudes em concurso para sargentos do Exército”. Quatro casos versando sobre isso estão em investigação na PJM Rio de Janeiro.

Em declaração publicada na matéria, a procuradora-geral Marisa Cauduro afirma que o “Ministério Público militar, através das procuradorias da Justiça Militar, tem agido com absoluto rigor na investigação de furto e desvio de armamento pertencente às Forças Armadas” e acrescenta: “é uma prioridade de atuação da Instituição e das autoridades militares”.

A motivação para criação do referido grupo surgiu de uma série de reportagens veiculadas na mídia local (Rio de Janeiro) e nacional a respeito de uma possível participação de militares no desvio de material bélico para “abastecer o crime



organizado” na cidade do Rio de Janeiro. Algumas dessas reportagens sugestionavam que milhares de armas roubadas das Forças Armadas estariam em poder de traficantes.

Entrevista concedida pela promotora Ione de Souza Cruz, da PJM Rio de Janeiro, ao repórter Antônio Werneck gerou matéria de capa da edição de 12 de outubro (domingo) do jornal O Globo. Intitulada “Justiça investiga 42 casos de tráfico dentro de quartéis” o texto descreve alguns casos investigados pelo Ministério Público Militar que envolvem drogas nas Forças Armadas e sugere a existência de uma “rede de tráfico formada por militares”.

Na avaliação da procuradora-geral Marisa Cauduro, que também falou sobre o assunto para um correspondente da Agência de Notícias Reuters no Brasil, os casos de drogas nas Forças Armadas investigados pelo MPM não sinalizam para a existência de um tráfico organizado e generalizado. Segundo a procuradora, o que há são casos isolados, “alguns gravíssimos” como o citado pelo O Globo em que um sargento da Marinha foi assassinado após descobrir o envolvimento de colegas com uma rede de traficantes. “Os serviços de inteligência das Forças Armadas são muito eficientes na repressão do uso de drogas nos quartéis. Numa sociedade em que a presença de drogas é cada vez maior, 42 casos em cinco anos não podem indicar a existência de uma rede dentro das corporações”, avalia Marisa Cauduro.

Ministério Público da União • Ministério Público Militar • Procuradoria-Geral da Justiça Militar

MPM notícias - Informativo do Ministério Público Militar • Publicação de circulação dirigida editada pela Assessoria de Comunicação Institucional da PGJM.

Marisa Terezinha Cauduro da Silva - Procuradora-Geral da Justiça Militar
Edmar Jorge de Almeida - Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar
Carlos Frederico de Oliveira Pereira - Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão
Péricles Aurélio Lima de Queiroz - Corregedor-Geral
Coronel Pedro Marçal - Chefe de Gabinete
Pedro Alberto da Silva Alvarenga - Diretor-Geral

Editora - Solange Pereira Pinto DRT/4781/14/80/DF
Jornalista - Hebert França
Diagramação/Arte - Alessandra Duarte/Felipe Cruxen
Estagiário - Paulo Rodrigo Ribeiro Guimarães

Endereço: SAUS Quadra 3 Bloco J - 70.070-925 - Brasília - DF - Tel.: (61) 313.6108/6107 - Fax: (61) 313-6114
www.mpm.gov.br - E-mail: ascom@mpm.gov.br



Por onde anda...

Marly Gueiros Leite

Primeira mulher a entrar na Justiça Militar, Marly Gueiros Leite dedica seu tempo a “curtir o ócio com dignidade”, como afirma ela. “Tudo o que eu queria fazer profissionalmente fiz nesses 30 anos no MPM, me sinto realizada”, acrescenta. Na ociosidade, como gosta de frisar, um de seus passatempos preferidos é passar os dias na casa de campo da família, em Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro, onde a pescaria é a atividade principal.

A tranqüilidade atual contrasta com a época em que Marly foi nomeada, em janeiro de 1963, para o cargo de promotora de Terceira Categoria na Auditoria da Quinta Região Militar. “Tive que perguntar se a inscrição no concurso público para promotor da Justiça Militar era aberta à mulheres já que o edital não fazia menção a isso”, relembra ela. A subprocuradora-geral acredita que sua inscrição só foi aceita porque imaginavam que ela não passaria. Depois de empossada, Marly afirma não ter sofrido qualquer tipo de preconceito, em compensação, o momento

político brasileiro, Revolução de 1964, exigia muita dedicação e empenho dos membros da



Marly Gueiros Leite

Justiça Militar à época. Marly atuou em processos de grande relevância histórica como os que envolviam o Almirante Cândido da Costa Aragão e o capitão Luís Carlos Prestes.

Em setembro de 1966, Marly foi promovida, por merecimento, ao cargo de procuradora de Segunda Categoria da Justiça Militar. Nova promoção por merecimento a levou, em novembro de 1970, ao cargo de procuradora de Primeira Categoria da Justiça Militar. Em dezembro de 1972, foi designada para chefiar a representação deste órgão no estado da Guanabara e, em setembro de 1984, foi promovida ao cargo de subprocuradora-geral do MPM. Nova designação para chefiar a secretaria da Instituição junto às Auditorias da Primeira Circunscrição Judiciária Militar ocorreu em abril de 1990. Marly Gueiros Leite aposentou-se em março de 1994 no cargo de subprocuradora-geral da Justiça Militar, logo após a conclusão de curso na Escola Superior de Guerra. Viúva do ex-procurador-geral da Justiça Militar Eraldo Gueiros Leite, que foi ministro do STM e governador de Pernambuco, ela constitui referência de atuação profissional para a geração de promotores que ingressou em 1981.

Demócrito Rendeiro de Noronha



Demócrito é homenageado pela procuradora Anete Borborema

Recentemente homenageado na inauguração da sede de Belém, quando recebeu a panóplia do MPM das mãos da procuradora Anete Borborema, o

subprocurador-geral aposentado Demócrito Rendeiro de Noronha continua atuante. A leitura e os estudos fazem parte de sua rotina diária, assim como a assessoria aos dois filhos, também advogados, com escritório instalado na capital paraense. “Aposentadoria não significa ociosidade. Parar totalmente é prejudicial, é necessário manter o desenvolvimento intelectual”, justifica ele.

O ritmo só não está mais intenso, explica Demócrito, porque o corpo não conseguiu acompanhar a mente. Há quatro anos, ele passou por uma cirurgia para colocação de uma ponte de safena, o que exigiu, desde então, uma desaceleração nas atividades.

Paralelo à advocacia, encarada atualmente como um *hobby*, o subprocurador gosta de passar os dias com a família e os amigos na casa de praia de Salinópolis, no

litoral do Pará, onde, confessa, “o assunto predominante é o universo judiciário”.

A história de Demócrito Noronha na Justiça Militar começou em maio de 1965 com sua nomeação para a função de segundo substituto de promotor da Auditoria da Oitava Região Militar, em Belém/PA. Em seguida, assumiu o cargo de procurador de Terceira Categoria do quadro do Ministério Público Militar, junto à Auditoria da Oitava Circunscrição Judiciária Militar. Em maio de 1980, passou a ocupar o cargo de procurador Militar de Segunda Categoria e, em 1984, foi nomeado, mediante promoção por merecimento, procurador Militar de Primeira Categoria. Em 1992, em outra promoção, chegou ao cargo de subprocurador-geral Militar, no qual se aposentou-se em março do mesmo ano.



PJM Belém em nova sede

Dando continuidade à política de acomodação das Procuradorias da Justiça Militar em ambientes adequados ao desempenho das atividades funcionais, a procuradora-geral da Justiça Militar Marisa Cauduro inaugurou em setembro (12) as instalações da PJM Belém. A solenidade reuniu representantes das Justiças Federal e Estadual, do Ministério Público e das Forças Armadas na sede daquela PJM, localizada à avenida Almirante Wandenkolk, nº 1243, 1º andar, no bairro do Umarizal.

Em seu discurso, a procuradora da Justiça Militar em Belém, Anete Borborema fez questão de agradecer magistrados e membros da Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar pela acolhida e colaboração administrativa durante todo o tempo em que a Procuradoria ali ocupou duas salas. “Nos sentíamos em casa, tal o respeito e a consideração dos juízes-auditores”, declarou. Agradeceu, também, à Procuradora-Geral pelo empenho em dotar a PJM Belém de “instalações condizentes com a importância das funções exercidas: promover e fiscalizar a execução da lei penal militar”.

Durante seu pronunciamento, Marisa Cauduro fez um apanhado histórico sobre a evolução da Justiça Militar, que

inicialmente funcionava em dependências das auditorias militares e não dispunha de apoio administrativo próprio. “Os serventuários do foro por muitas vezes, graciosamente cooperavam com o promotor”, disse a procuradora-geral. Contudo, acrescentou ela, “o crescimento

do País, o aperfeiçoamento das instituições públicas, as demandas sociais, enfim, a evolução política-administrativa da Nação exigiram do Ministério Público uma nova mentalidade gerencial, que proporcionasse métodos de maior eficiência da sua atividade, resultando na

disposição de meios, organização das carreiras de auxílio administrativo e da mais racional administração de bens e aplicações dos recursos públicos”.

Ainda na solenidade de Belém, Anete Borborema entregou a panóplia do MPM ao subprocurador-geral da Justiça Militar aposentado Demócrito Rendeiro de Noronha em reconhecimento pelo “valeroso pioneirismo e inestimável dedicação que marcaram o princípio da atuação deste órgão ministerial na Região Amazônica”. Também homenageado foi o servidor Roberto Lúcio Flores, recentemente aposentado, que recebeu placa honorífica das mãos da Procuradora-Geral pelos bons serviços prestados ao MPM à frente da secretaria da Procuradoria.



Placa registra a inauguração da PJM Belém

Sedes Próprias

Desde abril do ano passado, a PGJM implementou a conclusão da obra de edificação da PJM Porto Alegre/RS, transferiu PJMs para sedes melhor estruturadas em Brasília e Santa Maria/RS e concretizou a cessão de lote para construção da sede da PJM Curitiba/PR. Para breve estão previstos: reforma na sala dos promotores e instalação de um sistema central de ar-condicionado na PJM Rio de Janeiro; início das obras de edificação da PJM Curitiba e aquisição de imóvel para instalação da sede da PJM Santa Maria.

Toda essas ações, explica Pedro Alberto da Silva Alvarenga, Diretor-Geral do MPM, fazem parte de uma política escalonada de instalação das sedes da PJM em imóveis próprios. “Atualmente, 34% do orçamento de custeio administrativo é gasto na locação de imóveis e queremos diminuir isso”, afirma o Cel Alvarenga. Para o próximo ano, com a perspectiva de aumento em aproximadamente 32% do orçamento destinado ao MPM, a expectativa é de redução do número de PJMs instaladas em imóveis alugados. Para que isso se concretize, o diretor-geral do MPM solicita a todos os servidores e membros da instituição que mantenham os padrões de economia adotados para a adequação ao atual orçamento, não reajustado desde

2001. “Economizando é que poderemos fazer pequenas melhorias, a exemplo do que já foi feito”, acrescenta Alvarenga.



Autoridades Militares prestigiam inauguração



Roberto Flores, servidor aposentado, recebe homenagem da procuradora-geral



Procuradora e servidores da PJM Belém



ESPMU realiza seminário em Porto Alegre



Mesa de abertura do seminário em Porto Alegre

A Escola Superior do Ministério Público da União – Núcleo Estadual do Ministério Público Militar no Rio Grande do Sul realizou em setembro (1 a 3), em Porto Alegre, o seminário “A Legislação Comum e Suas Implicações no Direito Penal e Processual Penal Militar”. O evento, explica a coordenadora daquele Núcleo Estadual, a promotora de Justiça Militar Maria da Graça Oliveira de Almeida, teve por finalidade a troca de informações e experiências entre membros dos Ministérios Públicos Estaduais e Federais, juízes da Justiça Militar, defensores públicos da União, oficiais das Forças Armadas e das Brigadas Militar do Rio Grande do Sul.

Em seu discurso de abertura do seminário, a procuradora-geral da Justiça Militar Marisa Cauduro ressaltou a importância da ESMPU na formação de membros e servidores. “Para o progresso

da Instituição, mostrou-se indispensável se investir nas escolas superiores, centros de estudos e de aperfeiçoamento. Isto porque a nova mentalidade dos integrantes do Ministério Público considera imprescindível a existência de uma estrutura educacional de natureza permanente, construída a partir de parâmetros modernos, com o objetivo de disseminar e estimular a atualização e a capacitação dos seus quadros”, declarou Marisa Cauduro perante um auditório repleto, onde se destacavam os comandantes das três Forças Armadas da Região Sul.

Durante o seminário foram apresentadas as seguintes palestras: “Ministério Público: Promotor e Sociedade”, com o desembargador aposentado do TJRS, Marco Aurélio Costa Moreira de Oliveira; “O Ministério Público Militar e a prevenção dos Crimes de Guerra”, pelo corregedor-geral

do MPM e presidente do CNCGMMP Péricles Aurélio Lima de Queiroz; “Atuação do Ministério Público na Investigação Criminal”, apresentado pelo subprocurador-geral de Justiça do RS, Mauro Henrique Renner; “A Investigação Preliminar pelo Ministério Público – aspectos constitucionais e legais”, tema do procurador da República, Ângelo Roberto Ilha da Silva; “Agravantes e atenuantes no Direito Penal Militar e suas possíveis implicações no cálculo da prescrição” com a promotora da Justiça Militar, Zuleika Stone Centeno; e, encerrando a programação, o vice-presidente do Superior Tribunal Militar ministro Carlos Alberto Marques Soares abordou a temática “Considerações sobre a Legislação Penal e Processual Penal Militar”.

O evento, realizado no salão Duque de Caxias do Hotel Everest, em Porto Alegre, contou com o apoio da Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM e da Procuradoria-Geral da Justiça Militar.



Coordenadora do seminário, a promotora Maria da Graça Oliveira de Almeida

II Jornada Jurídica Militar em Juiz de Fora

A cidade de Juiz de Fora sediou de primeiro a três de outubro a II Jornada Jurídica da Justiça Militar. Realizado no Instituto Vianna Júnior, o encontro foi aberto pelo ministro Carlos Eduardo Cezar de Andrade, presidente do Superior Tribunal Militar – STM, que ao falar da reforma do judiciário afirmou que “mais marcante que a reforma estrutural é a reforma dos códigos, principalmente o penal”.

Em seu pronunciamento, o também ministro do STM Olympio Pereira da Silva informou sobre algumas idéias em discussão naquele tribunal com o objetivo de reformulação da Justiça Militar. Segundo ele, é necessário estender a competência da Justiça Militar aos processos civis relacionados a militares. O ministro também falou sobre a possibilidade de criação de um “Tribunal Regional Militar”, uma instância intermediária entre as duas já existentes, tornando a Justiça Militar estruturalmente igual à Justiça Civil.

Representando o MPM, o subprocurador-geral Mário Sérgio Soares compôs a mesa de abertura do evento. Também estiveram presentes ao encontro, o subprocurador-geral Kleber de Carvalho Coelho e os membros do MPM em Juiz de Fora: o procurador Antonio Pereira Duarte, que proferiu a palestra “Modernização da Investigação Criminal”, e o promotor André de Sá Santos.



Congresso do Ministério Público no Rio grande do Sul



Representantes de associações do Ministério Público abrem congresso

A cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul, sediou de primeiro a três de outubro o XV Congresso do Ministério Público e o 37º Encontro do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público. A abertura conjunta dos eventos ocorreu na Expogramado com a presença de mais de dois mil congressistas. Abrindo a solenidade, o presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul - AMPRGS, Ivory Coelho Neto, afirmou que o tema central do congresso

“Ministério Público e a Paz Social” servia para que os membros do Ministério Público “não esquecessem do ideário que alicerçou toda a evolução institucional”. Ressaltou, também, que Roberto Lyra idealizou o Ministério Público social “preocupado não apenas com as ilegalidades, mas com as injustiças”.

No primeiro dia de trabalho do congresso um dos destaques foi o painel “Ministério Público, Ética e Imprensa”. Painelista, o diretor Institucional da RBS no Distrito Federal, Paulo Tonet Camargo, ressaltou que “ética deve estar presente não só nas ações do Ministério Público e da Imprensa, como de todos os cidadãos”. Contrastando o direito coletivo com o direito individual de cada pessoa, Tonet Camargo destacou que a imprensa “não pode omitir fatos de interesse coletivo”, o que seria “um desserviço para a

população”. Em seguida, o advogado e jornalista Carlos Chagas falou com entusiasmo sobre a atuação do Ministério Público para coibir a programação de baixo nível que alguns programas televisivos proporcionam aos telespectadores. Para Chagas, eticamente os erros da imprensa não podem ser contidos, “pois nem todos estão preocupados com valores éticos”. O jornalista sustentou a criação imediata de leis de defesa do cidadão “que inibam as redes de televisão de apresentar programas lamentáveis”. Finalizando o

jornalista sustentou a criação imediata de leis de defesa do cidadão “que inibam as redes de televisão de apresentar programas lamentáveis”. Finalizando o



XV Congresso Nacional do Ministério Público

“Ministério Público e a Paz Social”

painel, o jornalista Marcelo Beraba fez uma analogia entre o Ministério Público e a Imprensa. Segundo ele, essas instituições têm funções sociais semelhantes, porém limites éticos distintos. Sublinhou que o Ministério Público é a principal fonte do jornalismo investigativo e lamentou que embora a Instituição tenha avançado muito nos últimos anos, “ainda temos que acompanhar ações de Ministérios Públicos estaduais ligados ao Poder Executivo”.

A Reforma da Previdência proposta pelo Governo Federal motivou a realização do painel “Ministério Público - Reforma da Previdência”, ocorrido no terceiro dia do

evento. O Administrador de Consórcio Previdenciário, Renato Folador Júnior explicou o porque da necessidade de uma reforma da previdência nacional. Segundo ele, “cada vez menos servidores ativos contribuem para pagar as aposentadorias dos servidores inativos”. Disse ainda que o déficit do INSS afeta serviços básicos, como a área médica, um dos graves problemas sociais do Brasil. Mostrou pessimismo em relação ao modelo de reforma apresentado pelo Governo Federal e fez uma previsão de que em sete anos o déficit, reduzido em 14%, deve voltar a crescer. O Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Diogo de Figueiredo Neto atacou não só a Reforma da Previdência, mas também a Reforma Tributária. Para ele, “as duas reformas formam um sistema desagregador da Federação”. Fez ainda um apelo aos

membros do Ministério Público para que eles “continuem lutando pelas carreiras e pelo Estado Democrático de Direito”. Já o deputado estadual Jair Soares defendeu as carreiras de Estado e propôs uma reforma mais justa, “que não interfira no que a própria Constituição determina, que é a preservação dos

direitos adquiridos”.

Na reunião do CNCGMP, a corregedora-geral do MP/RS, Jacqueline Fagundes Rosenfeld, foi eleita, por aclamação, para a presidência do conselho. A posse acontece no dia 12 de dezembro, no Palácio do Ministério Público, em Porto Alegre.



Presidente do CNCGMP participa de entrevista em Gramado



PGJM investe na melhoria das condições de trabalho

Servidores e membros da PGJM estão se acostumando a conviver com trabalhadores e materiais estranhos às atividades do órgão. Do início do ano até hoje praticamente todos os setores da PGJM passaram por obras ou reformas visando à melhoria das condições de trabalho. Segundo o Cel. Alvarenga, Diretor-Geral do MPM, essas mudanças estão baseadas em três fundamentos: otimização dos espaços, promoção da qualidade de vida dos servidores e atualização de ambientes inadequados.

A maior das transformações foi a ida de parte da Divisão de Administração – DA e do Plan-Assiste para a subsede. As transferências possibilitaram a ampliação da Assessoria de Informática e da Divisão de Documentação Jurídica – DDJ. Essa incorporou a área anteriormente ocupada pela Biblioteca, agora instalada no subsolo onde funcionava o Plan-Assiste, e aquela cresceu sobre parte da antiga DA.

Como avaliam os servidores envolvidos, as alterações permitiram uma melhor distribuição espacial dos setores. “Na Biblioteca, o ganho foi superior a 10 metros quadrados”, afirma a bibliotecária Margareth de Souza. Apesar do acervo estar em constante crescimento, o setor não dispunha de lugar onde colocar estantes. “Com mais espaço pudemos dar tratamento adequado à coleção do MPM. Agora os livros ficam em uma sala onde a temperatura e a umidade são controladas, mas o acesso continua livre para membros e servidores”, acrescenta Margareth.

A reestruturação possibilitou, também, a realização de um antigo anseio dos servidores da Assessoria de Informática: a organização do espaço interno, com áreas definidas para computadores centrais, para o pessoal responsável pelo desenvolvimento de



Sala do Setor de Engenharia e Arquitetura na subsede

sistemas e para os servidores envolvidos com suporte técnico. “Antes da reforma o índice de queima de equipamentos era alto, porque toda a sala estava sujeita ao sistema de refrigeração central da PGJM. Hoje, com o isolamento dos computadores centrais, há um ar-condicionado exclusivo ligado 24 horas e que garante a temperatura baixa na sala”, explica Juliana Trajano, servidora da Informática. Ainda na

Assessoria, a ampliação permitiu a instalação de bancadas para a manutenção de equipamentos e o isolamento de uma área para colocação de máquinas e materiais em testes ou fora de uso.

Mas as mudanças na PGJM não pararam por aí. A Divisão de Orçamento de Finanças – DOF está instalada em um ambiente maior e com mobiliário novo, próximo à Direção-Geral. Com essa remoção, a Assessoria de Comunicação Institucional – Ascom foi contemplada com uma sala exclusiva. O Setor de Saúde, igualmente, teve a recepção ampliada com a anexação de área ociosa. Na

Reprografia, a novidade foi a instalação de um ar-condicionado. Aconteceram, também, obras no segundo piso: o carpete desgastado das salas dos sub-procuradores e das secretarias foi substituído por carpete de madeira -

piso flutuante; e o ar-condicionado central foi trocado por aparelhos individuais. Houve, ainda, alteração na posição das portas de entrada da Procuradoria, deslocadas para local onde o controle da entrada de pessoal pode ser feito com maior segurança.



Sala e mobiliário novo na Divisão de Orçamento e Finanças - DOF

Mudanças na subsede

Também na subsede ocorreram obras para instalação dos setores transferidos – Setor de Material e Patrimônio e Setor de Contratos, da Divisão de Administração, e o Plan-Assiste – que agora se juntam ao Almoarifado e o Arquivo Geral.

No geral, os servidores que foram deslocados para a subsede consideram que houve uma melhoria no espaço físico e no ambiente onde agora se instalam. “Para nós que estávamos no subsolo, na PGJM, trabalhar em ambientes arejados e bem ventilados é um grande progresso. Raramente fazemos uso do ar-

condicionado”, avalia Paulo Costalonga, do Setor de Contratos. Entretanto, também há unanimidade em afirmar que a subsede necessita de adaptações para atender perfeitamente aos servidores. Algumas solicitações: sistema telefônico mais moderno, com identificador de chamadas; presença de um servidor do Setor de Assistência à Saúde para prestar os primeiros socorros aos servidores em caso de necessidade; montagem de uma farmácia básica; instalação de um terminal de auto-atendimento do Banco do Brasil; funcionamento pleno da rede de computadores, segundo os servidores

somente os computadores com sistema operacional Windows XP “falam” com a PGJM e melhoria na segurança do patrimônio com a elevação das grades laterais do prédio.

A principal reivindicação, no entanto, é quanto à reavaliação da dinâmica dos trabalhos. Tanto na DA quanto no Plan-Assiste, a tramitação de papéis entre a PGJM e a subsede está retardando o andamento dos processos. Na avaliação dos servidores, alguns documentos internos atualmente enviados ao Diretor-Geral poderiam ser assinados e despachados pelos chefes dos setores.



MPM em Ação

Conselho Editorial

A procuradora da Justiça Militar em Porto Alegre – RS, Maria Lúcia Wagner, é a nova integrante do Conselho Editorial do Ministério Público Militar. Ela assume o lugar de Arilma Cunha da Silva promovida ao cargo de subprocuradora-geral. A substituição foi necessária porque, regimentalmente, o Conselho deve ser composto por pelo menos um procurador.

Palestra

O promotor da Justiça Militar no Rio de Janeiro, João Rodrigues Arruda participou como palestrante do estágio de instrução sobre assuntos de justiça e de direito militares, realizado nos dias 23 e 24 de setembro no auditório da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais pelo Comando Militar do Leste.

Promoção

Na próxima reunião do Conselho Superior do MPM, agendada para o dia 29 de outubro, será divulgado o nome do promotor indicado para assumir o cargo de procurador da Justiça Militar em Campo Grande. No concurso de promoção aberto em setembro, oito promotores se candidataram à vaga.

GNCOC

O procurador da Justiça Militar em Juiz de Fora/MG, Antonio Pereira Duarte, e o promotor da Justiça Militar no Rio de Janeiro Ailton José da Silva participaram, em setembro (17 a 19) da 8ª Reunião do Grupo Nacional de Combate as Organizações Criminosas – GNCOC, ocorrido em Recife/PE.

Decisão histórica

O Diário da Justiça do dia 08 de outubro publicou uma decisão histórica para o MPM. O presidente do Superior Tribunal Militar acolheu recurso extraordinário interposto pela PGJM contra decisão do próprio STM. Pela primeira vez, o Tribunal admite recurso extraordinário contra inquérito arquivado em correição parcial apresentada pelo juiz-auditor corregedor da Justiça Militar. Até hoje, todos os recursos desse tipo apresentados pela PGJM ao STM haviam progredido por força de Agravo de Instrumento. Com o aceite desse recurso, o STM abre um precedente de jurisprudência para os processos em 2ª Instância.

Afastamentos

O Conselho Superior do MPM deliberou pela prorrogação do afastamento da subprocuradora Adriana Lorandi, até 31 de dezembro de 2003, para concluir o curso de pós-graduação na Universidade de Teramo, Itália. Na mesma reunião, em setembro (17), o CSMPM aprovou o pedido de afastamento das funções da promotora em São Paulo, Najla Nassif Palma, no período de 20 de outubro de 2003 a junho de 2004, para frequentar o curso de pós-graduação em Direito Internacional Humanitário na Universidade de Genebra, Suíça. Ainda na 114ª Sessão Ordinária do Conselho, a promotora em São Paulo, Eliane de Azevedo Vale Ferreira, foi indicada para participar do curso de Altos Estudos de Estratégia da Escola Superior de Guerra, no ano de 2004.



A subprocuradora-geral Arilma Cunha da Silva participa, pela primeira vez, da Sessão Plenária Extraordinária do Superior Tribunal Militar – STM, ocorrida em outubro (10).

Curso

No primeiro semestre do corrente ano, o promotor da Justiça Militar em Curitiba/PR, Antonio Batista de Souza ministrou curso de Direito Processual Penal Militar para alunos do 3º ano do Curso de Formação de Oficiais Policiais-Militares na Academia Policial Militar do Guaxupé da Polícia Militar do Paraná.

Revista MPM

A edição 19 da Revista do Ministério Público Militar será lançada em dezembro (3), durante o II Congresso Nacional de Direito Militar e Humanitário que acontecerá em Florianópolis/SC.

PL 1.354/03

O Projeto de Lei 1.354/03, que cria cargos, funções e procuradorias no MPU, foi aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados e segue agora para o Senado Federal.

Chefe-de-Gabinete

Pedro Marçal Freitas Gonçalves tomou posse, em setembro (17), à frente da Chefia-de-Gabinete da PGJM. Natural de Porto Alegre, Pedro Marçal é coronel da reserva, especialista em Comunicações Militares. Sua última função no Exército foi como membro do Estado Maior do Comando da Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá/PA.

Anápolis

A procuradora-geral Marisa Cauduro integrou comitiva que visitou a Base Aérea de Anápolis em outubro (8) e foi recebida pelo comandante Cel Av Marco Antonio Carvalho Perez. Ainda naquela Base, o promotor da Justiça Militar em Brasília Luis Grigoletto ministrou, em setembro (19), palestra sobre Inquérito Policial Militar; Auto de Prisão em Flagrante Delito e Sindicância para oficiais do Comando da Aeronáutica.

Posse PRT

A Procuradora-Geral integrou a mesa que em outubro (6) deu posse ao procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, Ronaldo Curado Fleury, ocorrida no auditório do MPDFT. No dia seguinte (7), participou da cerimônia de despedida da consultora-jurídica adjunta da Aeronáutica, Gladis Maria Cercal de Godoy, no salão nobre do Gabinete do Comandante da Aeronáutica.

Artigo

A Revista Cultural da Associação Nacional do Ministério Público Militar publicou artigo do promotor da Justiça Militar em Fortaleza – CE, Alexandre José Barros Leal Saraiva, intitulado “Limitação ao Poder de Reforma Constitucional”.

Medalhas

Em outubro (10), a procuradora-geral Marisa Cauduro foi condecorada com a medalha “Mérito Santos-Dumont” entregue pelo Comandante da Aeronáutica, Ten-Brigdo-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno. Ainda neste mês (23), a procuradora-geral será homenageada pelo Comando da Aeronáutica com a medalha “Ordem do Mérito Aeronáutico”, a mais alta comenda da Força Aérea Brasileira.